



Tribunal de Contas da União
Secretaria-Geral de Controle Externo

OFÍCIO 1456/2019-TCU/SecexSaúde

Brasília-DF, 11/12/2019.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Secretário(a)-Geral do Ministério da Defesa
A/C da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISSET)
Espl. dos Ministérios, Bl. O, Ed. Anexo, 5º andar - Zona Cívico-Administrativa
70.049-900 - Brasília - DF

Processo TC 023.177/2018-7 Tipo do processo: Acompanhamento
Relator do processo: Augusto Nardes
Unidade responsável: Secretaria de Controle Externo da Saúde

Assunto: Notificação de acórdão.

Expedição via Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa: para conhecimento, entrega da presente comunicação ao destinatário e devolução da respectiva ciência ao Tribunal de Contas da União.

Senhor(a) Secretário(a)-Geral,

1. Informo Vossa Excelência do Acórdão 13053/2019-TCU-Segunda Câmara, Min. João Augusto Ribeiro Nardes, prolatado na sessão de 3/12/2019, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de Acompanhamento acima indicado.
2. Encaminho cópia do referido acórdão, para conhecimento e, quando houver recomendação ou determinação, adoção das medidas existentes pelo órgão ou entidade. O inteiro teor do acórdão também pode ser acessado no Portal do TCU (www.tcu.gov.br).
3. Encaminho também cópia do Acórdão 2.128/2018-TCU-Plenário, tendo em conta as alterações ocorridas em virtude da reestruturação ministerial verificada no âmbito do Poder Executivo Federal.
4. Por fim, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo em questão ou a esta comunicação podem ser obtidos, no horário das 10h às 18h, junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) em Brasília, telefone (61) 3527-5234, ou nas unidades do TCU nas demais capitais.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente

Francisco Sérgio Nobre Maia
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1, em substituição

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 63546595.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 63546595.



Tribunal de Contas da União

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 2/2019)



Tribunal de Contas da União

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) O acesso aos autos e ao acórdão está disponível no Portal do TCU (www.tcu.gov.br), aba de serviços, exceto no caso de processos/documentos sigilosos. O acesso somente é facultado após o credenciamento e a habilitação prévia do responsável e/ou do procurador, que também podem ser efetuados no portal do TCU.
- 2) O não cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU.
- 3) Constitui dever das partes, representantes e procuradores indicar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço eletrônico e o endereço residencial ou profissional onde receberão as notificações, bem assim atualizar essas informações sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, conforme previsto no art. 77, inc. V, do Código de Processo Civil.
- 4) Nos termos dos artigos 31 a 35 da Lei 8.443/1992 e 285 a 288 do Regimento Interno do TCU, a parte poderá interpor recurso ao acórdão. A interposição de embargos de declaração é causa de mera suspensão e não de interrupção de prazo para os demais recursos, conforme disposto no artigo 34, § 2º, da Lei 8.443/1992.
- 5) Além dos serviços disponíveis por meio do Portal do TCU (www.tcu.gov.br), o Tribunal dispõe de atendimento presencial, no horário de 10 às 18h, nos seguintes locais:
 - a) Brasília: na Secretaria de Gestão de Processos. Endereço: SAFS, quadra 4, Anexo III, 2º andar, sala 229 - CEP 70042-900 - Brasília/DF;
 - b) Estados da federação: nas secretarias do Tribunal localizadas nas capitais dos Estados, cujos endereços estão indicados no Portal do TCU, aba de serviços.

ACÓRDÃO Nº 13053/2019 – TCU – 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.177/2018-7.
- 1.1. Apensos: 000.522/2019-8; 015.479/2018-8
2. Grupo: I; Classe de Assunto: III – Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsáveis: Alexandre de Castro do Amaral (003.351.797-54); Ana Paula Fernandes da Silva (004.021.597-05); Everton Muzy (095.317.567-75); Fabio Dal Bello Junior (051.981.537-88); Gilson Max Freitas de Araujo (719.146.767-34); Harley Roberto Warnoux de Souza (076.460.047-82); Jose de Hollanda Bezerra de Melo Neto (781.137.097-20); Luana Camargo da Silva (108.942.787-54); Maria Lucia Feitosa Goulart da Silveira (716.690.007-53); Paulo Eduardo de Oliveira Júnior (032.140.846-23); Willian Cotrim de Oliveira (055.316.877-02).
4. Entidades: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro - Departamento de Gestão Hospitalar no Estado (DGH), Hospital Federal do Andaraí (HFA), Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF), Hospital Federal de Ipanema (HFI), Hospital Federal da Lagoa (HFL), e Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE), Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), Instituto Nacional de Cardiologia (INC) e Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (IntO).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal:
 - 8.1. Tayane Panisset Perrotta (206.073/OAB-RJ), representando Willian Cotrim de Oliveira e Gilson Max Freitas de Araujo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento constituídos com o objetivo de verificar a regularidade dos atos praticados, eventuais riscos de dano ao erário e resultados obtidos concernentes ao desenvolvimento dos procedimentos adotados no âmbito do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH) e dos hospitais e institutos federais vinculados ao Ministério da Saúde localizados no Estado do Rio de Janeiro em atendimento ao estabelecido na Portaria Conjunta DGH/Institutos Federais/MS/RJ 5, de 21/3/2017, que subordina as unidades de saúde citadas à realização de procedimentos de licitação unificada sob a coordenação do DGH,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. considerar revel a Sra. Luana Camargo da Silva;
- 9.2. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos demais responsáveis arrolados nos autos;
- 9.3. aplicar aos responsáveis a seguir indicados a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores individuais indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea “a” da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea “a” do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

RESPONSÁVEL	VALOR (R\$)
Maria Lúcia Feitosa Goulart da Silveira	7.000,00
Harley Roberto Warnoux de Souza	7.000,00
Gilson Max Freitas de Araújo	3.500,00

Luana Camargo da Silva	3.500,00
Willian Cotrim de Oliveira	3.500,00
Ana Paula Fernandes da Silva	5.500,00
José de Hollanda Bezerra de Melo Neto	5.500,00
Paulo Eduardo de Oliveira Júnior	4.500,00
Alexandre de Castro do Amaral	4.500,00
Everton Muzy	4.500,00
Fabio Dal Bello Junior	4.500,00

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. recomendar ao Departamento de Gestão Hospitalar (DGH/RJ), com fulcro no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e em consonância com os princípios da transparência e do estímulo ao controle social, que avalie a conveniência e a oportunidade de:

9.6.1. publicar periodicamente, em seu portal na internet, resumo do acompanhamento dos contratos de prestações de serviços em curso no âmbito dos hospitais federais, contendo, de forma suficiente e objetiva, com atalhos eletrônicos, quando possível, para o Portal de Compras Governamentais, as seguintes informações, dentre outras: empresa contratada, objeto, indicação do certame ou modalidade de contratação, indicação do contrato e publicação, vigência do contrato, valor mensal e global e licitação unificada em curso para o mesmo objeto;

9.6.2. obter, previamente, as informações/demandas junto aos hospitais federais, concomitante às licitações unificadas em curso, a partir do estabelecido nos itens 1-3 e subitens da Portaria Conjunta DGH/Institutos Federais/MS/RJ 5, de 21/3/2017, com vistas a realizar planejamento antecipado de licitações unificadas pontuais, a fim de possibilitar a adesão às Atas de Registro de Preços pelas demais unidades, evitando a renovação anual dos contratos em curso derivados de licitações próprias;

9.7. reenviar cópia do Acórdão 2.128/2018-TCU-Plenário ao Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, à Secretaria-Executiva do Ministério da Educação e à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, tendo em conta as alterações ocorridas em virtude da reestruturação ministerial verificada no âmbito do Poder Executivo Federal;

9.8. reiterar à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde a recomendação expressa no item 9.6 do Acórdão 2.128/2018-TCU-Plenário, para que, em vista da competência estabelecida no Decreto 8.901/2016, adote a sistemática de padronização de grades de insumos hospitalares e de serviços capitaneada pelo Departamento de Gestão Hospitalar como boa prática de governança e amplie sua abrangência, de forma a incorporá-la às demais unidades hospitalares e aos institutos vinculados ao Ministério da Saúde, valendo-se, para economia de esforços e ganhos gerenciais conjuntos, de informações, estudos e procedimentos já desenvolvidos no âmbito daquele departamento;

9.9. dar ciência desta decisão aos responsáveis e à Secretaria de Atenção à Saúde - SAS, ao DGH, HFA, HFB, HFCF e HFSE;

9.10. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 44/2019 – 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13053-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

(Assinado Eletronicamente)

AUGUSTO NARDES
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO
Subprocurador-Geral

ACÓRDÃO Nº 2128/2018 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 017.021/2017-0.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Relatório de Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Fundação Hospitalar de Montes Claros; Hospital Federal da Lagoa; Hospital Central da Marinha; Hospital Central do Exército; Hospital Clementino Fraga Filho; Hospital Clinicas/UFMG; Hospital Federal Ipanema; Hospital Federal Cardoso Fontes; Hospital Federal de Bonsucesso; Hospital Federal do Andaraí; Hospital Federal dos Servidores do Estado; Hospital Naval Marcílio Dias; Hospital Universitário Antonio Pedro da UFF; Hospital Universitário Gaffree e Guinle da Unirio; Instituto Nacional de Cardiologia; Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia; Instituto Nacional do Câncer.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal junto a unidades federais da área de saúde instaladas na região Sudeste;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. Determinar à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso ainda não tenha feito, que, no prazo de noventa dias, contados da ciência, impossibilite a utilização de códigos genéricos para o cadastramento de insumos hospitalares a serem adquiridos por meio do Portal de Compras Governamentais;

9.2. determinar ao Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no âmbito dos esforços de padronização levados a efeito pela Câmara de Padronização de Produtos e Tecnologias para a Saúde, assegure que as especificações dos itens a serem licitados observem a descrição complementar do correspondente código “catmat” e, quando necessário, adote providências junto ao órgão responsável pela base de dados do “catmat” para a criação de novo código específico;

9.3. determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que expeça, no prazo de trinta dias, orientação às unidades hospitalares a ela vinculadas quanto ao cumprimento dos ditames do Decreto 5.450/2005, em específico o previsto no art. 25, para que não ocorra o verificado no pregão 50/2014, conduzido pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em que a proposta vencedora do insumo “lidocaína cloridrato, dosagem 2%, apresentação injetável, unidade de fornecimento frasco de 20 ml”, foi homologada no valor de R\$ 6,64, não obstante o valor estimado para o item ter sido de R\$ 1,25;

9.4. recomendar à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa que, em vista da competência estabelecida no art. 24, inciso II, do Anexo I do Decreto 7.974/2013, expeça, por intermédio dos respectivos comandos das três Forças, orientação aos hospitais militares subordinados no sentido de avaliarem a implementação conjunta de sistemática de padronização de grades de insumos hospitalares, nos moldes da iniciativa capitaneada pelo Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde, de forma a assegurar que as características dos insumos hospitalares adquiridos

sejam homogêneas, com registros de preços fidedignos, a fim de garantir menores custos para as aquisições;

9.5. recomendar à Secretaria-Executiva do Ministério da Educação que, em vista da competência estabelecida no art. 4º, inciso II, do Anexo I do Decreto 9.005/2017, expeça orientação aos hospitais universitários, por intermédio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, quando for o caso, no sentido de avaliarem a implementação conjunta de sistemática de padronização de grades de insumos hospitalares, nos moldes da iniciativa capitaneada pelo Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde, de forma a assegurar que as características dos insumos hospitalares adquiridos sejam homogêneas, com registros de preços fidedignos, a fim de garantir menores custos para as aquisições;

9.6. recomendar à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde que, em vista da competência estabelecida no Decreto 8.901/2016, adote a sistemática de padronização de grades de insumos hospitalares e de serviços capitaneada pelo Departamento de Gestão Hospitalar como boa prática de governança e amplie sua abrangência, incorpore-a às demais unidades hospitalares e aos institutos vinculados ao Ministério da Saúde, valendo-se, para economia de esforços e ganhos gerenciais conjuntos, de informações, estudos e procedimentos já desenvolvidos no âmbito daquele departamento;

9.7. encaminhar aos destinatários das recomendações acima, para subsídio das medidas propostas, os documentos juntados à peça 6, p. 10-20, referentes às explanações acerca da implementação das grades de insumos hospitalares no âmbito dos hospitais e institutos federais situados no Estado do Rio de Janeiro;

9.8. recomendar à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que promova os estudos necessários para introduzir, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, sistemática capaz de suportar a obrigatória inclusão do código Anvisa do produto ofertado pelo fornecedor do insumo hospitalar, seja pelo licitante em sua proposta ou pela própria Unidade Administrativa de Serviços Gerais (Uasg) nas contratações diretas.

10. Ata nº 35/2018 – Plenário.

11. Data da Sessão: 12/9/2018 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2128-35/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral



PLATAFORMA CONECTA-TCU

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Comunicação: Ofício 1456/2019-SecexSaúde

Assunto: Notificação

Processo: 023.177/2018-7

Órgão/entidade: Ministério da Defesa

Destinatário: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao Secretaria-Geral do Ministério da Defesa pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 12/12/2019

(Assinado eletronicamente)

NILSA PAULO DE AZEVEDO

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.